

O debate sobre o aborto e a ortopedia discursiva da sexualidade***

Nótei uma coisa bastante estranha: é que quase não há máximas de moral de que não façam aforismos médicos e, reciprocamente, poucos aforismos médicos de que não façam uma máxima moral.

(Diderot, Jacques, *le Fataliste*, 1778)

A nossa comunicação é produto de um trabalho comum de investigação que incide sobre uma análise de conteúdo da imprensa portuguesa relativo ao debate sobre a legalização do aborto¹.

Vamos começar por uma introdução, em que descrevemos sumariamente a metodologia adoptada; em seguida procederemos a uma caracterização geral do debate a partir de uma classificação dos dados em função dos operadores enunciados, e, finalmente, numa segunda parte, apresentaremos uma breve análise de uma estratégia argumentativa que consideramos modelar.

QUESTÕES METODOLÓGICAS

O material empírico em que se baseou este trabalho consiste em *todos* os artigos sobre o aborto publicados em alguns dos principais jornais nacionais ao longo de dois períodos distintos: o primeiro vai de Fevereiro de 1982 (data do anúncio da apresentação na Assembleia da República de um projecto de lei de legalização do aborto pelo Partido Comunista Português) a Novembro do mesmo ano (data da votação do projecto na Assembleia da República); o segundo período vai de Outubro de 1983 (data do anúncio de nova apresentação do mesmo projecto) a Fevereiro de 1984 (data da votação na Assembleia da República daquele projecto e do entretanto apresentado pelo Partido Socialista).

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

** Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

*** Mantivemos aqui as características da comunicação oral do texto original, limitando-nos a acrescentar algumas notas e, em apêndice, os quadros que nos pareceram importantes como apoio à leitura do texto.

¹ O projecto de investigação em que se insere o presente estudo foi apoiado pelo programa «Novas Acções no Âmbito da Investigação» (sector da investigação interdisciplinar), da Reitoria da Universidade de Coimbra (1983).

Jornais	Período(a)	Político-partidários			Jurídicos		Cientistas		Eclesiásticos	
		H	M	IF(b)	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
<i>A Capital</i>	1.º	3	5	1,66	5	12,5	—	—	2	5,0
	2.º	12	4	0,33	2	3,6	2	3,6	4	7,2
<i>O Diário</i>	1.º	8	9	1,13	6	6,7	5	5,6	1	1,1
	2.º	17	9	0,53	2	2,1	6	6,4	4	4,3
<i>Diário de Notícias</i>	1.º	7	11	1,57	2	3,4	2	3,4	3	5,1
	2.º	22	5	0,23	4	4,4	9	9,9	5	5,5
<i>Diário de Lisboa</i>	1.º	18	15	0,83	4	3,3	4	3,3	6	5,0
	2.º	25	8	0,32	—	—	4	2,7	4	2,7
<i>A Tarde</i>	1.º	4	2	0,50	—	—	—	—	1	7,7
	2.º	12	3	0,25	2	2,6	5	6,6	5	6,6
<i>O Comércio do Porto</i>	1.º	12	5	0,42	4	5,6	3	4,2	6	8,3
	2.º	14	5	0,36	—	—	2	2,8	8	11,6
<i>Portugal Hoje</i>	1.º	3	8	2,66	—	—	—	—	1	3,0
	2.º	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<i>O Jornal</i>	1.º	10	14	1,40	1	1,5	3	4,5	—	—
	2.º	7	6	0,86	—	—	—	—	2	4,9
<i>Expresso</i>	1.º	9	2	0,22	4	9,3	—	—	4	9,3
	2.º	2	1	0,50	1	6,7	—	—	1	6,7
<i>Tempo</i>	1.º	3	4	1,33	—	—	4	13,3	1	3,3
	2.º	4	3	0,75	1	3,3	2	6,6	1	3,3
<i>Ponto</i>	1.º	2	7	3,5	1	3,4	2	6,8	1	3,4
	2.º	—	—	—	—	—	—	—	—	—

(a) 1.º período, entre Fevereiro e Novembro de 1982; 2.º período, entre Outubro de 1983 e Fevereiro de 1984
 (b) Índice de feminilidade = mulheres/homens.

enunção

Abortadeiras		Mulheres que abortaram		Jornalistas			Individuos			Movimentos	
Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	H	M	IF	H	M	IF	Número	Porcentagem
—	—	—	—	18	0	0,0	1	1	1,00	5	12,5
—	—	—	—	27	0	0,0	1	0	0,00	4	7,1
—	—	—	—	26	11	0,42	7	8	1,14	8	8,9
—	—	—	—	38	3	0,08	5	6	1,20	4	4,3
—	—	1	1,7	13	7	0,54	3	7	2,33	3	5,0
—	—	2	2,2	35	1	0,03	3	3	1,00	2	2,2
—	—	1	0,8	51	13	0,25	2	3	1,50	3	2,5
—	—	—	—	35	3	0,09	3	2	0,66	2	1,4
—	—	—	—	6	0	0,00	—	—	—	—	—
—	—	—	—	40	1	0,03	2	0	0,00	6	7,9
2	2,8	1	1,4	27	6	0,22	1	3	3,00	2	2,8
—	—	—	—	34	0	0,00	2	2	1,00	2	2,8
—	—	—	—	12	1	0,08	1	3	3,00	4	12,0
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	6	9,0	21	9	0,43	0	1	1,00	2	3,0
—	—	1	2,4	16	6	0,38	2	0	0,00	1	2,4
—	—	1	2,3	17	2	0,12	0	1	1,00	3	6,9
—	—	—	—	8	2	0,25	—	—	—	—	—
—	—	—	—	13	4	0,31	0	1	1,00	—	—
—	—	—	—	15	2	0,13	—	—	—	2	6,7
2	6,9	3	10,3	2	8	4,00	—	—	—	1	3,1
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

O *corpus* da análise é constituído por 926 textos, distribuídos pelos seguintes jornais: SEMANÁRIOS, *O Jornal* (88), *Expresso* (51), *Tempo* (42) e *Ponto* (14)²; DIÁRIOS, *Diário de Notícias* (187), *O Diário* (127), *O Comércio do Porto* (92) e *Portugal Hoje* (49)² (matutinos) e *Diário de Lisboa* (129), *A Capital* (81) e *A Tarde* (66)³ (vespertinos).

As questões que pusemos foram operacionalizadas da seguinte forma⁴:

- 1) *Quem* falou (e de que lugar institucional);
- 2) *O que* disse;
- 3) *De que forma* (tipo de texto, estatuto dos sujeitos de enunciação, estratégias discursivas).

1) A primeira pergunta foi, portanto, *quem* foram os emissores e que qualidade lhes conferiu tal estatuto. Com esta formalização procurámos saber quem, segundo a imprensa, intervém na questão do aborto, em função das seguintes categorias, determinadas pelo tipo de legitimidade com que é justificada a sua intervenção:

- a) Político-partidária: homens (ligados ao Governo ou aos partidos); mulheres (ligadas ao Governo ou aos partidos);
- b) Técnico-jurídica: juristas, legisladores;
- c) Técnico-científica: médicos, para-médicos, biólogos;
- d) Religioso-moral: eclesiásticos, católicos;
- e) Prática: abortadeiras; mulheres que abortaram;
- f) Representação da opinião pública: jornalistas (homens, mulheres); indivíduos (homens, mulheres); movimentos pró ou contra o aborto.

2) Quanto à segunda pergunta — *o que* foi dito —, foi organizada em campos de argumentação divididos pelas seguintes categorias:

- a) Moral-religioso: moral religiosa, moral universal, valor do embrião, consequências morais da despenalização;
- b) Político-jurídico: política social e familiar, intervenção do Estado e papel do legislador, direitos da mulher, liberdade sexual;
- c) Social: práticas clandestinas de aborto, condições económicas, práticas contraceptivas, aplicabilidade da lei anterior, práticas legislativas de outros países;
- d) Médico-biológico: embrião, contraceção, aborto.

O *sentido* da argumentação foi traduzido nos sinais + e –, consoante aquelas categorias eram invocadas para sustentar uma posição favorável ou para sustentar uma posição desfavorável à despenalização do aborto.

² Já não era publicado no 2.º período considerado.

³ Este jornal sofreu uma curta interrupção na sua publicação em Maio de 1982.

⁴ De particular importância para o nosso trabalho, no tocante à constituição de uma primeira grelha de análise, foi o estudo *Contraception et Avortement — Dix Ans de Débat dans la Press (1965-1974)*, investigação dirigida por François A. Isambert e Paul Ladrière, ed. CNRS, Paris, 1979. Embora adaptássemos substancialmente os parâmetros utilizados nesse trabalho (colapsando e eliminando categorias e introduzindo outros indicadores, como, por exemplo, a distinção homens-mulheres em vários emissores-sujeitos de enunciação e a prática como instância de legitimação), procurámos utilizar critérios classificativos paralelos que nos permitissem a utilização, para um estudo comparativo, do trabalho modelar dos investigadores franceses.

Com vista a um enriquecimento analítico, considerámos ainda possibilidades de sentido:

- Contra qualquer tipo de despenalização;
- Despenalização condicional em certos casos: terapêutico; terapêutico e eugénico; terapêutico, eugénico e ético; terapêutico, eugénico, ético e social;
- Liberalização total a pedido da mulher.

3) A terceira pergunta foi: *de que forma* se falou. E aqui considerámos quatro *tipos básicos* de texto — notícia, reportagem, entrevista e texto de opinião — e duas *instâncias de enunciação* — distinguindo, quanto a emissores, entre autor e sujeito de enunciação.

Procedemos ainda, no que respeita a esta questão — de que forma se falou —, à análise das estratégias discursivas em conjuntos de textos que se revelaram relativamente homogéneos em função dos critérios de classificação utilizados. Este estádio de análise — que muito sumariamente exemplificamos na segunda parte deste texto — constitui para nós o cerne do nosso projecto e a justificação da análise quantitativa/classificativa que lhe serve de suporte. Com efeito, é a partir de uma concepção dos discursos como instâncias de poder disciplinar, não como *expressão* de um saber ou de um poder que se situa noutro lugar, mas como *produtores*, eles próprios, de saber/poder, que articulamos os discursos públicos produzidos neste debate com a produção, controlo e normalização da sexualidade como mecanismo de disciplina social⁵.

I PARTE — CARACTERIZAÇÃO GERAL DO DEBATE

1. INSTRUMENTALIZAÇÃO PARTIDÁRIA E MASCULINIZAÇÃO

Que o debate sobre a legalização do aborto foi entre nós um *ersatz* de outras discussões e que se assistiu a uma instrumentalização da questão, nomeadamente em termos de jogos partidários, é um dado que, pensamos, não é contestado por ninguém⁶. Afirmar que se tratou, no essencial, de um debate masculino, talvez já possa levantar as dúvidas de quem ouve ainda o eco das intervenções públicas de Zita Seabra, por exemplo.

Consideramos que a instrumentalização partidária e a masculinização foram características salientes do debate, também na imprensa, e verificámos, no nosso trabalho, que o carácter político-partidário e o carácter masculino se acentuam consideravelmente na segunda fase da discussão. A caracterização a que vamos proceder incidirá precisamente num confronto entre as duas fases. E vamos considerar sobretudo as alterações verificadas nos *tipos* de texto utilizados (notícias/textos de opinião, com ou sem argumentação), nas *temáticas* (oscilação percentual e correlações da

⁵ A fundamentação teórica da nossa perspectiva nos aspectos que acabámos de enunciar deve-se primeiramente a Michel Foucault.

⁶ No que diz respeito à politização deslocada como passo para a mitificação/naturalização do debate, cf. Graça Abranches, «Ditos, não-ditos e mito», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 13, Fevereiro de 1984, pp. 101-105.

argumentação moral-religiosa, técnico-científica, jurídico-social e sexualidade/direitos da mulher) e na *autoria* de textos e *sujeitos* de enunciação.

Quanto à dimensão político-partidária, verifica-se que, se, no 1.º período, a percentagem de textos que instrumentalizavam a legalização do aborto em termos de política institucional, relações e alianças entre partidos e relações governo/oposição oscilou entre 7,14 (*Ponto*)-7,46 (*O Diário*) e 37,14 (*Expresso*), já no 2.º período os valores mínimos quase igualaram o máximo anterior (33,33, *A Capital*, e 35,71, *Diário de Notícias*). Nesta linha, verifica-se também que todos os jornais (à excepção de *O Jornal*) duplicaram a quantidade relativa de textos em que nenhuma argumentação a favor ou contra a despenalização do aborto é sequer citada. (Neste campo, o recorde continua a ser do *Expresso*, com 75.)

Evidentemente que a maioria destes textos sem referência a qualquer argumentação é constituída por notícias — com efeito, assiste-se, neste segundo período, a uma diminuição substancial dos textos de opinião nos jornais que, de entre os considerados, é costume situar mais à esquerda (*O Diário*, *Diário de Lisboa*) e mais à direita (*Comércio do Porto*, *A Tarde e Tempo*) e a uma subida do valor relativo dos textos de opinião nos outros jornais (*A Capital*, *Diário de Notícias*, *O Jornal* e *Expresso*). Este fenómeno enquadra-se igualmente na partidarização crescente do debate, já que reflecte, no fundamental, a tentativa de reforço da posição do Partido Socialista (que, lembramos, passa de oposição a Governo e apresenta, nesta segunda fase, um projecto próprio).

Forçosamente, outras alterações se correlacionam com estas e o acen-tuar da masculinização é uma delas. Tendo o debate sido remetido para o domínio tradicional da política e dos jogos partidários, assistiu-se a um apagamento quase total da participação das mulheres. Todas as categorias de sujeitos de enunciação em que considerámos a divisão por sexos registaram uma diminuição acentuada dos índices de feminilidade (número de mulheres/número de homens).

Relativamente à categoria político-partidária, houve jornais que no 1.º período tinham registado índices superiores a 1 (caso de *A Capital*, 1,66, e *Diário de Notícias*, 1,57) e que desceram para valores muito próximos de 0 (0,33 e 0,23, respectivamente). Com excepção de *O Jornal*, os restantes acabaram por preferir a palavra dos correligionários de partido das figuras centrais da 1.ª fase do debate — Zita Seabra, Natália Correia, Teresa Costa Macedo, Helena Roseta e Teresa Ambrósio. Apesar de tudo, mesmo que tal aconteça por efeito de arrastamento (já que os sujeitos cujos discursos são mais frequentemente mencionados pertencem à categoria dos políticos, que monopolizam entre 20% e 40% das referências), devemos concluir que as mulheres que se movem na esfera da política alcançaram aquilo que, fora dela, as mulheres não conseguiram. Exceptuando o caso do *Ponto* (índice de feminilidade de autoria de textos = 4), as mulheres portuguesas, e as jornalistas em particular, nem relativamente ao aborto, tradicionalmente tido como um dos «mistérios que ensombram a compreensão do continente feminino», conseguiram fazer ouvir a sua voz na imprensa nacional (*O Comércio do Porto*, por exemplo, não publicou no 2.º período um único texto de uma jornalista).

Sendo certo, por outro lado, que publicamente se protestou contra os abusos e misérias das práticas clandestinas do aborto, verificamos que os jornais ignoraram a voz das mulheres que abortam (e a das profissionais que

as ajudam activamente). É assim recusada a dimensão *social* a uma prática que continua a ser remetida para o domínio da consciência individual e da sexualidade privada e que só entra no campo do social pela porta do «problema», estatuto a que ascende por efeito de acumulação aritmética. A perspectiva «social» da comunicação social revela-se, neste caso, e nisto tem acompanhantes ilustres, uma perspectiva meramente atomística. Ainda que de uma maneira quase inexpressiva, apenas *O Comércio do Porto* (3), *Diário de Lisboa* (1), *Diário de Notícias* (3), *O Jornal* (7), *o Expresso* (1) e *Ponto* (5) evidenciaram a preocupação de, através de entrevistas a 20 mulheres no total, dar a conhecer algo mais sobre as práticas de aborto clandestino⁷.

2. A INSTÂNCIA CIENTÍFICA COMO ADJUVANTE DA MORAL

Esta crescente partidarização/masculinização provocou, como não podia deixar de ser, alterações significativas ao nível das temáticas. Assim, as escassas referências às questões relativas à política social e à política familiar, aos direitos da mulher e à liberdade sexual, quase desaparecem por completo. (A excepção é *O Diário*, que praticamente duplica o recurso à argumentação assente nos direitos da mulher, colocando-a no grupo das três mais utilizadas, 12,63.)⁸

De notar, a este propósito, que o argumento da «liberdade sexual» (ou de um diferente modelo de sexualidade) apenas no *Ponto* atinge valores significativos (a mesma percentagem que a contracepção), contribuindo assim para situar o problema no campo da sexualidade. Curiosamente, o *Ponto* não utiliza uma única vez o argumento dos «direitos da mulher», recusando deste modo um debate em torno dos «direitos formais». Em todos os outros jornais — *O Diário* inclusive —, a utilização do argumento da «liberdade sexual» (ou a inserção explícita do problema do aborto no domínio da sexualidade ou da política familiar) atinge valores insignificantes, quer em termos absolutos, quer em relação ao argumento dos «direitos da mulher». (Os jornais que não fazem qualquer tipo de referência a nenhum dos dois argumentos são *A Tarde*, *o Expresso*, *O Comércio do Porto* e *Portugal Hoje*.)

Por outro lado, as temáticas de ordem social e jurídica, como as práticas de aborto clandestino e de contracepção, as condições económicas e as práticas judiciais, diminuem acentuadamente em todos os jornais no 2.º

⁷ Ao enfatizar a masculinização do debate, não pretendemos afirmar ou insinuar que o discurso tem sexo por determinação biológica — ou seja, que as mulheres constituem um grupo homogéneo que necessariamente terá sobre o aborto uma posição diferente da de um outro conjunto homogéneo, os homens; ou minimizar a instrumentalização de que são alvo as mulheres a quem, para certas questões, é concedido o título de homens *honoris causa*. O que pretendemos sublinhar é que, precisamente numa questão tão materialmente ligada às mulheres, se evitou conscienciosamente o risco de dar a voz à *experiência* e às pessoas *directamente* afectadas pelas disposições legais em discussão. E basta pensar no que se passaria, por exemplo, em termos de inquéritos e depoimentos, se em discussão estivesse o aleitamento, a esterilidade e a inseminação artificial, ou até mesmo a prostituição, para nos apercebermos da especificidade do tratamento jornalístico e político do aborto.

⁸ Este facto, só por si, é, quanto a nós, revelador da manipulação político-partidária que presidiu à prática jornalística. Enquanto o PCP se preocupou em captar o apoio de certos sectores, moderando para isso os termos de apresentação da proposta, n' *O Diário* pouco lugar houve a «radicalizações» do discurso (1.º período).

período (com excepção de *A Capital*). Em contrapartida, devido sobretudo à maior intervenção pública da Igreja na oposição à despenalização, aumentam, por um lado, as referências de ordem moral (e de base religiosa ou natural-universal sobre o valor da vida) e, por outro, as referências de ordem científica (para contestar a posição da Igreja relativamente ao embrião).

O papel da ciência na cristalização das várias atitudes é, aliás, interessante. Aparentemente, as posições desfavoráveis à despenalização pensam-se reforçadas pelas últimas descobertas da biologia molecular — o código genético substitui com vantagens o «sopro de alma insuflado pelo Criador universal». Mas, no 2.º período, quando a Igreja interveio mais activamente, os jornais mais próximos das posições oficiais da hierarquia religiosa procuraram *menos* a legitimação da ciência, pondo maior ênfase na argumentação de ordem moral/universal. *O Comércio do Porto* passou de 17,02 para 38,7 e *o Tempo* de 12,12 para 22,2. Inversamente, foram os jornais pró-despenalização que, para contestar as posições da Igreja, recorreram mais frequentemente ao discurso científico (casos de *O Diário*, *Diário de Lisboa* e *Diário de Notícias*). Ou seja, a suposta neutralidade e objectividade científica é invocada tanto para validar (como aconteceu, predominantemente, no 1.º período) como para invalidar as hipóteses metafísicas.

Em síntese, pensamos que a intervenção mais empenhada da Igreja aquando da segunda discussão, que, aliás, não acontece por acaso, mas porque só então a despenalização, mesmo que parcial, passa a constituir um perigo real (vide a alteração da composição partidária da Assembleia da República), contribuiu para remeter o debate para o domínio dos valores absolutos. Para uns, estes relevam dos princípios morais «eternos». Para outros, especialmente vinculados à defesa de um projecto concreto de legalização, os valores essenciais deverão ser validados, em última instância, pelas «verdades científicas» (isto é, onde a ciência tem dúvidas, ou não encontra unanimidade, será legítimo pôr em causa o carácter absoluto da norma geral — estatuto do embrião, definição de vida). É assim que, enquanto, como já dissemos, na argumentação contra a despenalização, se verifica no 2.º período um decréscimo da argumentação científica e uma subida da moral religiosa, nos discursos que pretendem contestar as posições da Igreja se assiste a um decréscimo, neste 2.º período, da argumentação jurídico-social e a uma subida da argumentação de carácter científico e científico-moral. De notar, no entanto, que, apesar do enfraquecimento, neste 2.º período, dos argumentos de tipo jurídico-social, que é, aliás, e como seria de esperar, acompanhado por uma diminuição da categoria técnico-jurídica ao nível dos emissores, se verifica uma ligeira subida nas referências à legislação de outros países. Esta subida enquadra-se na partidarização do debate, tendo em conta a posição do Partido Socialista nesta fase e a importância atribuída à nossa integração na CEE.

Ainda a propósito do aumento, já referido, da argumentação de carácter científico, que correlacionámos com a descida da temática jurídico-social, tem interesse referir que em França, por exemplo, se verificou precisamente o inverso. Ou seja, considerando o período entre 1965 e 1974 (ano em que foi aprovada a lei Veil), nota-se que, sendo a argumentação de ordem moral a mais estável (varia entre o 2.º e o 3.º lugares), os argumentos técnico-científicos predominam claramente numa 1.ª fase, trocando progressivamente de posição com os político-sociais, que vêm a ocupar o 1.º lugar no período final do debate (só em *L'Humanité* se verificou desde o início o domínio da argumentação política). A explicação desta diferente varia-

ção das posições relativas dos dois tipos de argumento tem de passar pela consideração do diferente papel que, em termos gerais, é atribuído à ciência no debate que se realizou nos dois países.

Assim, em França, a argumentação técnico-científica é utilizada, na primeira fase considerada, sobretudo numa perspectiva que articula o aborto e a contraceção, isto é, o situa no campo da sexualidade. A relação entre uma certa liberalização progressiva da contraceção e do aborto e o progresso científico e técnico, que surge como sua condição de possibilidade, é evidente neste caso. Logo que a possibilidade que oferece se traduz em «factos», o progresso científico e técnico tende a ser um simples «dado» nas mãos do poder político e das forças sociais — e assim desce verticalmente na hierarquia dos argumentos, sendo substituído pelo político-social na fase final do debate⁹. Entre nós, como vimos, a «ciência» é usada, não em articulação com a sexualidade, mas, sobretudo, de uma forma parasitária em relação à moral¹⁰.

Relativamente à Europa, a «ciência» entre nós está sem dúvida numa fase mais atrasada enquanto instrumento de normalização e controlo da sexualidade. Por isso, o estatuto que lhe é atribuído, no fim de contas, é ainda, muito simplesmente, o de aliado ou adversário privilegiado da teologia.

II PARTE — ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

UM EXEMPLO DE ANÁLISE

Vamos agora exemplificar o segundo tipo de análise das estratégias discursivas a que procedemos e que incidiram em subconjuntos de textos que apresentavam uma homogeneidade de distribuição e valor dos factores de classificação utilizados.

Seleccionámos como exemplo o primeiro subconjunto sobre que incidiu a nossa análise, não apenas por o considerarmos, em termos dos procedimentos argumentativos, paradigmático de um conjunto muito mais vasto de discursos, mas também porque o processo da sua definição foi metodologicamente diferente do dos outros casos.

No nosso trabalho contámos, para o tratamento preliminar dos dados, com a colaboração de duas estudantes do Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra. Como seria de esperar, houve um número razoável de textos que as nossas colaboradoras tiveram dificuldade em classificar e outros em que se veio a verificar que tinham interpretado incorrectamente a posição que implícita, ou mesmo explicitamente, era definida em relação à legalização do aborto.

Eliminados os casos em que a hesitação ou o erro tiveram motivações claramente acidentais, analisámos o conjunto dos restantes, tendo verifi-

⁹ Cf. Isambert e Ladrière, *op. cit.*, pp. 34-35.

¹⁰ Quanto à separação, entre nós, do aborto e da contraceção em termos de debate, é sintomático que, tendo o PCP apresentado em conjunto os projectos de lei sobre «Protecção e defesa da maternidade», «Garantia do direito ao planeamento familiar e à educação sexual» e «Interrupção voluntária da gravidez», os dois primeiros tenham baixado à Comissão Parlamentar de Saúde, Segurança Social e Família e o último à dos Direitos, Liberdades e Garantias.

cado regularidades assinaláveis em relação quer aos emissores, quer às práticas discursivas. Assim, e ao invés dos outros subconjuntos que analisámos, este não foi constituído a partir de critérios classificativos formais — embora, a posteriori, possamos considerar que *podia ter sido*, dadas as regularidades encontradas.

Os textos deste subconjunto assim formado pertencem, em percentagem sensivelmente idêntica, ao 1.º e ao 2.º períodos do debate. Na sua grande maioria provêm do *Diário de Notícias* e de *A Capital*, havendo também exemplos de *O Jornal* e do *Diário de Lisboa* (como nota, podemos referir que o único jornal que não pareceu apresentar dificuldades quanto à identificação dos argumentos e das posições defendidas foi — como seria de esperar? — *O Diário*).

PRODUTORES DE AMBIGUIDADE

Todos os textos deste grupo dos aparentemente ambíguos¹¹ são textos de opinião e os seus autores repartem-se equilibradamente pelos sexos (o índice de feminilidade encontrado foi 1). Em todos os casos os autores são identificados pelo nome e, já que, curiosamente, se trata sempre de «personalidades», maiores ou menores, pelo lugar institucional que ocupam: políticos (deputados ou militantes partidários), juristas, universitários. A formação académica dos autores é, sem excepção, de nível superior. Tanto os homens, como as mulheres, se situam exclusivamente em dois grupos: militantes da área do Partido Socialista (dois casos de PSD ex-PS) e intelectuais católicos de esquerda (UEDS ou sem filiação partidária conhecida). Nota-se uma oscilação na distribuição destes grupos nos dois períodos (predominância marcada dos militantes PS no 2.º período e decréscimo dos intelectuais católicos no mesmo período).

No tocante a estratégias discursivas, em todos os textos se verifica a recusa explícita de posições ditas maximalistas e em todos o sujeito pretende declaradamente assumir uma posição de mediação entre duas ordens de argumentos/razões: a ordem moral (universal e/ou cristã) e a das práticas sociais («os factos»).

A MEDIAÇÃO DA MISERICÓRDIA

Num primeiro grupo de textos dentro deste subconjunto, a mediação revela-se mais claramente como uma *falsa* mediação — as práticas sociais são descritas com recurso insistente a uma linguagem piedosamente sentimental que remete para uma concepção orgânica e teleológica do social (as práticas abortivas são designadas por «calamidade social», «chaga social», «flagelo», «situações aviltantes», «violações da dignidade humana»); por este processo se cria uma continuidade entre os dois grupos de argumentos aparentemente contraditórios, já que se situa o social num campo discursivo claramente moral/moralista. Num dos textos analisados encontra-se como conclusão:

¹¹ Ao falar de «ambiguidade», não pretendemos dizer que tenham sido estes os textos em que o factor inconsistência apresentou valores mais elevados (muitas notícias e reportagens revelaram índices de concentração de argumentos muito inferiores), mas que foi nestes textos que a inconsistência e o sentido de conclusão se revelaram mais difíceis de identificar.

(...) não se trata de aprovar ou rejeitar o projecto de lei, mas de o utilizar como ponto de partida para uma reflexão.

Este exemplo, que evidencia o nível mais elevado de *explicitação* que encontramos neste 1.º grupo de textos no tocante a «conclusões», pode-se considerar representativo do sentido geral da argumentação dos textos do subgrupo: não tomemos partido; limitemo-nos a reflectir, moralmente indignados q. b. e guiados por um bom senso civilizado — ou pela misericórdia cristã.

A CONFORMAÇÃO JURÍDICA

Para além deste grupo, temos neste conjunto um segundo que se distingue do primeiro por oferecer, como mediação pragmática entre os princípios morais e a realidade das práticas sociais, a instância jurídica¹². Vejamos como é então constituída a ambiguidade aparente destes outros textos, que, ao contrário dos anteriores, parecem oferecer uma solução positiva (resolução do conflito).

Por um lado, e tal como sucedia no outro subgrupo, também nestes discursos se verifica uma posição defensiva do sujeito que explicitamente declara a sua intransigente adesão aos princípios morais que impõem a condenação da prática do aborto — atitude esta que, só por si, vem reforçar o peso relativo do grupo de argumentos de ordem moral (e, assim, as posições-tipo são: «Eu por mim sou contra, nunca fiz, nem farei, nem ajudarei a fazer», «É contra os meus princípios», ou, mais delicada e eufemisticamente, «O aborto fere a minha sensibilidade»). Este estatuto de distância relativamente ao problema — que se oferece como garantia de objectividade — assenta, como a linguagem utilizada denuncia, num modelo paternalista de caridade cristã¹³.

Por outro lado, não se explicita, em termos substanciais, de que forma a lei pode solucionar ou mediar o conflito entre os princípios morais e as práticas sociais que os infringem — ou seja, a definição do papel da lei é feita através da reiteração de princípios gerais de que será deduzível, pelo leitor, a aplicação particular; em relação ao caso específico (o aborto), não se ultrapassa a denúncia do não cumprimento da lei em vigor — e, mais uma vez, a gravidade deste não cumprimento é avaliada em termos de juízo moral e desautorização do poder político-jurídico e dos tribunais. Daqui resulta, ao cabo e ao resto, que o discurso técnico-jurídico surja, neste subconjunto, e isto nos casos em que a sua utilização é mais consistente,

¹² Sobre o papel da instância jurídica na metamorfose do problema moral em questão social cf. Virginia Ferreira, «(Des)penalizar o aborto ou (des)penalizar um certo sexo», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 13, de Fevereiro de 1984, pp. 106-110.

¹³ Note-se que esta atitude filantrópica não é, no entanto, exclusiva deste grupo — foi a atitude presente em quase todos os discursos que se ouviram a favor da despenalização do aborto. A ideia generalizada parece ser a de que a mulher que aborta, quando não é inconsciente (e dessas não temos de nos ocupar), ou é ignorante (desconhece a contracepção), ou estúpida (fá-la incorrectamente); na melhor das hipóteses, não pode é ser responsabilizada por isso (já que a responsabilidade será daqueles que permitem ou fomentam esse estado generalizado de ignorância e estupidez). Merece ser destacado — porque único — o depoimento que uma «profissional do Porto» fez a *O Comércio do Porto* de 29 de Março de 1982: há as que cá vêm por «falta de conhecimento» e as que cá vêm por «conhecimento excessivo» (isto é, as que «sabem dos malefícios da pílula e dos outros contraceptivos» e que, portanto, «optam» por métodos «menos seguros»).

conseguindo ultrapassar o estatuto de simples apoio ou validação sumária do pragmatismo que o autor para si reivindica, como mero adjuvante da implantação persuasiva de uma normatividade moral tradicional.

Ou seja, estes discursos, que motivaram erros ou hesitações de classificação e que foram, na sua totalidade, produzidos por «personalidades» — intelectuais, cristãos ou não cristãos, da área política socialista em sentido lato —, não passam, afinal, de variantes do discurso conservador que predominou em todo o debate: a intransigente defesa do respeito inquestionável pelas normas de uma ética «universal», por um lado, e pela lei e poderes públicos de um estado de direito, por outro, articulam-se aqui — como sempre — em torno dos conceitos-chave de *tradição* e *autoridade*.

Se o poder não é uma instituição, nem uma estrutura, nem uma força de que fomos dotados — mas o nome que atribuímos a uma situação estratégica complexa numa sociedade particular;

Se a sexualidade, longe de ser o elemento mais privado e menos controlável numa sociedade, é precisamente o que é dotado de maior instrumentalidade e o mais facilmente utilizável ao serviço das mais variadas estratégias;

Se o aborto é uma prática social que se situa no campo da sexualidade:

Analisada a forma como foi/é discutido entre nós, que conclusões tirar? Quais as talas que enformam, conformam, produzem a nossa sexualidade? O que significará o lugar central do discurso moral-religioso que invade, domina, contamina o discurso científico, o discurso jurídico, o discurso político sobre a nossa sexualidade?

Tipos de argumentação

Jornais	Período(a)	Moral religiosa				Moral universal				Consequências morais				Vida do feto			
		Menos	Porcentagem	Mais	Porcentagem	Menos	Porcentagem	Mais	Porcentagem	Menos	Porcentagem	Mais	Porcentagem	Menos	Porcentagem	Mais	Porcentagem
<i>A Capital</i>	1.º	3	3,70	1	1,23	7	8,64	2	2,46	2	2,46	—	—	4	4,93	1	1,23
	2.º	6	8,82	—	—	7	10,29	—	—	—	—	—	—	11	16,17	—	—
<i>O Diário</i>	1.º	—	—	1	0,86	1	0,86	1	0,86	—	—	—	—	4	3,44	—	—
	2.º	5	5,26	1	1,05	3	3,15	—	—	—	—	—	—	4	4,21	—	—
<i>Diário de Notícias</i>	1.º	9	4,32	1	0,48	17	8,17	2	0,96	4	1,92	—	—	21	10,09	2	0,96
	2.º	7	7,21	—	—	11	11,34	1	1,03	2	2,06	—	—	13	13,4	1	1,03
<i>Diário de Lisboa</i>	1.º	2	1,92	—	—	4	3,84	—	—	2	1,92	—	—	4	3,84	1	0,96
	2.º	2	5,4	—	—	2	5,4	—	—	—	—	—	—	1	2,7	—	—
<i>A Tarde</i>	1.º	2	11,11	—	—	1	5,55	1	5,55	1	5,55	—	—	2	11,11	—	—
	2.º	7	11,66	—	—	8	13,33	—	—	3	5,0	—	—	19	3,6	—	—
<i>O Comércio do Porto</i>	1.º	3	6,38	—	—	8	17,02	—	—	4	8,51	—	—	10	21,27	—	—
	2.º	3	9,67	—	—	12	38,7	—	—	—	—	—	—	6	19,35	—	—
<i>Portugal Hoje</i>	1.º	2	6,89	—	—	2	6,89	—	—	1	3,44	—	—	1	3,44	—	—
	2.º	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<i>O Jornal</i>	1.º	2	3,07	1	1,53	3	4,61	1	1,53	1	1,53	—	—	3	4,61	2	3,07
	2.º	3	8,10	1	2,7	3	8,10	1	2,7	—	—	—	—	3	8,10	3	8,10
<i>Expresso</i>	1.º	3	8,57	—	—	4	11,42	—	—	—	—	—	—	3	8,57	—	—
	2.º	1	10	—	—	2	20	—	—	—	—	—	—	1	10	—	—
<i>Tempo</i>	1.º	1	3,03	—	—	4	12,12	—	—	3	9,09	—	—	6	18,18	1	3,03
	2.º	1	3,7	—	—	6	22,2	—	—	1	3,7	—	—	4	14,8	—	—
<i>Ponto</i>	1.º	1	3,84	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	3,84
	2.º	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

(a) 1.º período, entre Fevereiro e Novembro de 1982; 2.º período, entre Outubro de 1983 e Fevereiro de 1984.

Tipos de argumentação (continuação)

Jornais	Período	Argumentação científica				Contraceção substitui aborto				Deficiências da contraceção				Aborto clandestino			
		Menos	Porcentagem	Mais	Porcentagem	Menos	Porcentagem	Mais	Porcentagem	Menos	Porcentagem	Mais	Porcentagem	Menos	Porcentagem	Mais	Porcentagem
<i>A Capital</i>	1.º	1	1,23	2	2,46	3	3,70	1	1,23	—	—	2	2,46	1	1,23	7	8,64
	2.º	2	2,94	—	—	3	4,41	2	2,94	—	—	—	—	1	1,47	9	13,23
<i>O Diário</i>	1.º	1	0,86	1	0,86	2	1,72	22	18,96	—	—	4	3,44	—	—	34	29,31
	2.º	1	1,05	2	2,10	2	2,10	4	4,21	—	—	5	5,26	—	—	18	18,94
<i>Diário de Notícias</i>	1.º	5	2,40	4	1,92	6	2,88	10	4,80	1	0,48	10	4,80	8	3,84	36	17,3
	2.º	2	2,06	5	5,15	3	3,09	3	3,09	—	—	2	2,06	—	—	10	10,3
<i>Diário de Lisboa</i>	1.º	—	—	1	0,96	—	—	8	7,69	—	—	9	8,65	—	—	26	25
	2.º	2	5,4	2	5,4	—	—	1	2,7	—	—	3	8,1	—	—	9	24,32
<i>A Tarde</i>	1.º	1	5,55	—	—	1	1,55	—	—	—	—	1	1,55	—	—	1	5,55
	2.º	5	8,33	—	—	4	4,66	—	—	—	—	—	—	2	3,33	1	1,66
<i>O Comércio do Porto</i>	1.º	3	6,38	—	—	5	10,63	1	2,12	1	2,12	—	—	—	—	8	17,02
	2.º	1	3,22	—	—	—	—	1	3,22	—	—	—	—	—	—	3	9,67
<i>Portugal Hoje</i>	1.º	—	—	—	—	1	3,44	—	—	—	—	5	17,24	—	—	6	20,68
	2.º	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<i>O Jornal</i>	1.º	1	1,53	3	4,61	—	—	6	9,23	—	—	2	3,07	—	—	20	30,76
	2.º	1	2,7	2	5,4	—	—	1	2,7	—	—	—	—	—	—	2	5,4
<i>Expresso</i>	1.º	2	5,71	1	2,85	1	2,85	2	5,71	—	—	2	5,71	1	2,85	7	20
	2.º	1	10	—	—	1	10	—	—	—	—	—	—	1	10	1	10
<i>Tempo</i>	1.º	5	15,15	—	—	—	—	3	9,09	—	—	—	—	—	—	2	6,06
	2.º	2	7,4	—	—	1	3,7	—	—	—	—	—	—	—	—	1	3,7
<i>Ponto</i>	1.º	—	—	—	—	—	—	2	7,69	—	—	2	7,69	—	—	6	23,07
	2.º	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

